

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA
CAMPUS SÃO BORJA**

EMANUELE BENITES PERES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SURDOS: INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

SÃO BORJA

2023

EMANUELE BENITES PERES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SURDOS: INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais-Ciência Política, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel(a) em Ciências Sociais-Ciência Política.

São Borja

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

P53p Peres, Emanuele
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SURDOS: INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO /
Emanuele Peres.
35 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA, 2023.
"Orientação: Ronaldo Colvero".

1. Políticas públicas. 2. inclusão. 3. surdos. 4. escola.
5. educação. I. Título.

EMANUELE BENITES PERES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SURDOS: INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais-Ciência Política, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel(a) em Ciências Sociais-Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 18 de dezembro de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Luis Gustavo Teixeira da Silva
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua
(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/01/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO TEIXEIRA DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/01/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/01/2025, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1652502** e o código CRC **364EDC28**.

AGRADECIMENTO

A Deus, pela minha vida, por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Aos meus pais e irmãos, que me incentivaram e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

A todos os meus amigos(as) que sempre estiveram comigo, me ajudaram e em todo tempo me incentivaram.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

E aos professores que aceitaram fazer parte desta banca.

E em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero, pela paciência e ajuda em cada passo deste trabalho.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com a igualdade”.

Paulo Freire

RESUMO

Tendo em vista a falta de um atendimento especializado, dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa e a falta de reconhecimento da língua de sinais, este trabalho discute o acesso da pessoa com deficiência auditiva ao ensino regular considerando os avanços das políticas públicas educacionais de inclusão e o histórico legislativo e social da educação de alunos surdos no Brasil. Essas políticas educacionais inclusivas preveem a formação bilíngue de alunos com surdez, além de assegurar o ensino da Libras por meio de um atendimento educacional especializado. A partir de pesquisas teóricas e bibliográficas acerca das políticas educacionais, busca-se demonstrar que a educação inclusiva constitui o melhor instrumento para a efetivação do direito ao acesso da pessoa com surdez à educação. Com isso, conclui-se que, a implementação de um projeto de educação inclusiva voltado para o aluno surdo importaria no ganho mútuo tanto para a sociedade quanto para as pessoas com surdez.

Palavras-Chave: Política pública educacional, Aluno surdo, Inclusão, educação.

ABSTRACT

Bearing in mind the lack of specialized care, difficulties in learning the Portuguese language and the lack of recognition of sign language, this paper discusses the access of people with hearing impairments to regular education considering the advances in public educational policies for inclusion and the legislative and social history of the education of deaf students in Brazil. These inclusive educational policies provide for the bilingual training of students with deafness, in addition to ensuring the teaching of Libras through specialized educational services. Based on theoretical and bibliographical research on educational policies, the aim is to demonstrate that inclusive education is the best instrument for realizing the right of access to education for people with deafness. With this, it is concluded that the implementation of an inclusive education project aimed at the deaf student would matter in mutual gain both for society and for people with deafness.

Keywords: Educational public policy, Deaf student, Inclusion, education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação

LDB - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

MS - Ministério da Saúde

PNE - Plano Nacional de Educação

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	Políticas Públicas: Conceitos básicos necessários para a análise e compreensão	13
2.1	Política Pública Educacional Inclusiva	15
3	Quais métodos pedagógicos estão sendo utilizados para a inclusão do surdo na educação?	18
3.1	Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo: Definição, aspecto histórico-educacional e características	19
3.2.1	Oralismo	19
3.2.2	Comunicação Total	21
3.2.3	Bilinguismo	21
4	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	22
4.1	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	24
5	As políticas públicas educacionais voltadas à pessoas surdas vem se desenvolvendo no Brasil?	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

Sabendo que, a educação inclusiva para surdos não é uma utopia e que ainda assim está muito distante de ser de fato uma inclusão, o tema em questão busca entender o surdo como um ser social que pode e deve exercer sua cidadania e começar desde a infância em seu processo de educação.

O trabalho visa atender alunos com necessidades educacionais especiais de preferência em classes comuns das escolas em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino. A política pública é a forma de concretizar a ação do Estado, constituindo de uma mudança social e significativa de um investimento de recursos, privilegiando um instrumento de dominação e mudança no cenário.

O objetivo é fazer com que todos reflitam sobre a educação e inclusão de sujeitos surdos na escolar regular. Com isso, ajudar na identificação da trajetória do surdo, reconhecer as características do aluno no processo de alfabetização e analisar os desafios dos profissionais para a aprendizagem do aluno surdo. Também visa direcionar a escola para a promoção da adversidade, pensar no processo pedagógico de forma ampliada. Para adotar qualquer política inclusiva é preciso ter um projeto pedagógico voltado para esse público.

O problema e objetivo buscam desnaturalizar aquilo que aparentemente já está dado como verdadeiro e mais adequados à educação dos surdos já que a educação pode ser entendida como prática libertadora e responsável, em muitos casos, pela inserção das pessoas ao contexto social, contudo, pensar na educação como caminho para a inclusão social.

Neste projeto serão apresentadas duas metodologias utilizadas na educação da pessoa surda. São elas: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo (definição, aspecto histórico-educacional e características) e quais procedimentos pedagógicos estão sendo postos em prática de modo que coloque o aluno surdo em pé de igualdade com alunos ouvintes despertando indagações acerca de políticas públicas que favoreçam essas pessoas. Mas afinal, essas políticas públicas educacionais voltadas à essas pessoas surdas vem se desenvolvendo no Brasil?

2 Políticas Públicas: Conceitos básicos necessários para a análise e compreensão

Ao falar de políticas públicas, é importante ressaltar que, qualquer definição para a conceitualização é arbitrária pois, alguns pontos como exclusividade dos atores estatais na elaboração, referência à omissão ou negligência, restrição à diretrizes estruturante e operacional, influenciam na caracterização desse conceito de políticas públicas. Para melhor definição de políticas públicas, foi feito um estudo baseado na obra de Secchi, e a primeira delas é a diferença entre “*politics*” e “*policy*” e essa distinção se faz necessária pois nos países latinos esses dois termos têm a mesma tradução: política. A política enquanto “*politics*” diz respeito à forma de obtenção e de manutenção do poder sobre os homens; e “*policy*”, remete à política em um sentido mais concreto de orientação para a decisão e ação. E o termo “*public policy*” (Política pública) se enquadra no segundo termo, ou seja, é uma “*policy*”. Para Secchi, “Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (pg. 1).

A partir dessa distinção básica, se dá a definição de política pública como uma diretriz para a resolução de um problema público. Na definição de política pública, o autor enfatiza a noção de um problema público. Nas palavras de Secchi (2014), “Para que um problema seja considerado ‘público’, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas” (pg. 7). Secchi (2014) ressalta ainda que os atores políticos devem considerar um problema relevante de interesse geral e analisa os tipos de política pública e relata também a mudança de paradigma na ciência política tradicional ao considerar que a “*policy*” determina a “*politics*”. Antes dessa mudança de concepção, uma “*policy*” era considerada um desdobramento da “*politic*”, um resultado direto das disputas políticas. Com essa consideração, a análise de políticas públicas ganhou destaque e, assim, o estudo dos tipos de política pública floresceu. Segundo Secchi (2014), um problema público é identificado por um ator político e o mesmo tiver interesse na resolução desse problema, poderá lutar para que esse problema entre para uma lista de prioridades, nesse caso, a agenda.

Os problemas entram e saem das agendas conforme ganham relevância. Nesse processo, tem um estabelecimento de objetivos em que políticos e analistas

de políticas públicas e demais atores envolvidos nesse processo resumem o que esperam que sejam os resultados da política pública. A tomada de decisão também faz parte desse processo de elaboração que representa o momento em que os interesses desses atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitados. A política pública passa por uma avaliação, fase desse ciclo em que o processo de implementação e o desempenho das mesmas, são examinados com o intuito de conceber melhor o estado da política e o nível de redução do problema que gerou. Secchi (2014) afirma ainda que “O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (pg. 33). O “*policy cycle*” (Ciclo de políticas públicas), também é conhecido por “*policy-making process*” (Processo de elaboração de políticas públicas). Por fim, a importância do estudo de políticas públicas está na capacidade de identificar os principais elementos para efetuar estudos de comparação entre políticas públicas. Após essa abordagem, é a vez de apresentar a dimensão espacial, ou seja, onde a política pública acontece. Para responder as indagações acerca da dimensão espacial referente à cidade, ao estado e ao país onde foi estabelecida, o analista de políticas públicas pode distinguir também em que esfera de poder a política pública foi formulada (Executivo, Legislativo, Judiciário ou não governamental).

A dimensão espacial pode ser visualizada em níveis mais detalhados, por exemplo: no Plenário da Câmara, do Senado, Comissão Legislativa ou em Fórum Legislativo consultivo juntamente com a sociedade civil. Assim como a dinâmica de construção, a dinâmica política varia substancialmente em diferentes lugares em que ela se desenvolve. A dinâmica política é predominante em um sistema partidário e baseia-se na construção de coalizão entre partidos e a dinâmica política em um sistema bipartidário, essa coalizão é diferente e improvável. Saber o contexto de onde acontece uma política pública é importante para o entendimento de uma dinâmica política, entender também os comportamentos dos atores e os efeitos das políticas públicas. Essa dimensão espacial é traduzida como contexto institucional das políticas públicas e se desenvolve em um cenário político, e o conjunto desses cenários é as instituições.

O autor comenta que:

De acordo com a escola institucionalista tradicional, instituições são de regras formais, que condicionam o comportamento dos indivíduos. Aplicando esse conceito à área de políticas públicas, as instituições são as regras constitucionais, os estatutos e códigos legais, as políticas públicas passadas e os regimentos internos das arenas onde as políticas públicas são construídas. Instituições nessa acepção são: jurisdições (leis), competências (funções) e as delimitações territoriais (SECCHI, 2014, p. 55).

Ao longo do “*policy cycle*”, uma política pública recebe influência de diversos atores, mesmo sendo estabelecida e liderada por um ator específico. Na ciência política, esses atores são indivíduos, grupos ou organizações que desempenham seu papel na área política. Em um processo de política pública esses atores têm a capacidade de influenciar direta ou indiretamente, os conteúdos e os resultados das políticas públicas. E além de conseguirem sensibilizar a opinião política sobre um problema de relevância coletiva, eles também têm influência sobre o que entra ou não na agenda. Eles estudam e elaboram propostas, tomam decisões e a partir daí fazem com que as intenções sejam convertidas em ações.

2.1 Política Pública Educacional Inclusiva

É necessário compreender a lógica por trás das políticas públicas, sobretudo seu papel na educação. A educação inclusiva garante direitos e promove a aprendizagem estimulando a autonomia e independência de pessoas com deficiência (PcD). No caso dos alunos com surdez a falta desses estímulos podem causar perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem. Crianças surdas geralmente não têm acesso a uma educação especializada e é comum também encontrar essas crianças em escolas públicas ou até mesmo particulares que estão há anos e não conseguem adquirir ao menos a língua oral e a escrita, pois é muito precário o atendimento a elas. A história da educação dos surdos mostra que a língua oral não dá conta de todas as necessidades dessa comunidade e sim, a linguagem de sinais. A inclusão de pessoas com surdez deve ocorrer desde a infância até a educação superior, utilizando recursos necessários no processo educacional e exercer sua cidadania de acordo com os princípios constitucionais. No

Brasil, foi estabelecido na Meta 4 do Plano Nacional da Educação o objetivo de universalizar para a população de 4 à 17 anos com deficiência o acesso à educação de acordo com o modelo de inclusão priorizando o direito de todos os estudantes frequentarem as salas de aula de escolas regulares. A Meta prevê também espaços de Atendimento Educacional Especializado (AEE), não substituindo a sala de aula e sim, como medida complementar. Nos dias atuais, mesmo com alguns avanços, lidar com uma pessoa surda ainda é um problema. Não somente em relação à educação como em todos os níveis sociais (órgãos públicos não são preparados para atendê-los e a população também não sabe como lidar com eles) e a educação conseqüentemente não teve grandes evoluções. Hoje com leis, espera-se que esse quadro mude e que a educação dos surdos tenha espaço físico nas discussões educacionais. Como todas as políticas públicas, as políticas educacionais devem ser construídas a partir de diálogo com a sociedade civil, através de processos de participação da comunidade escolar, além de conselhos e de entidades do setor privado. Em um modelo garantido pela **democracia** participativa a iniciativa popular contribui para que as demandas de toda a população, ou parte dela, possam ser ouvidas e efetivadas. A condução das políticas públicas educacionais é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), das secretarias estaduais e municipais de educação.

As políticas de educação são garantidas pela Constituição Federal do Brasil no art. 205:

“A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, art.205)

Assim como a Constituição Federal, há outras leis que também garantem esse direito, como a **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96)**, é o principal instrumento da educação no Brasil, responsável por todo o sistema educacional pois abrange a educação como um todo e, também estabelece a criação do **Plano Nacional de Educação (PNE)**, com diretrizes e metas para a política educacional em até 10 anos. O Plano Nacional de Educação permite

identificar demandas urgentes e traçar planos de ação garantindo qualidade no aprendizado desde a educação infantil até a educação superior. A lei define que:

- 1) Os princípios que devem ser a base do sistema de educação;
- 2) Quais são as obrigações do governo no oferecimento da educação aos seus cidadãos;
- 3) Idade adequada para cada nível de estudo, desde a educação infantil básica até o ensino superior universitário;
- 4) Os tipos de programas educacionais que devem ser oferecidos, como: educação básica, especial, à distância, profissionalizante de jovens e adultos.

Além da LDB e PNE, há outras políticas educacionais que atuam no Brasil, como por exemplo:

- **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, que estabelece quais os direitos e deveres de todas as crianças e adolescentes sem distinção de raças, classe, sexo ou religião;
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**, que é responsável pelas políticas educacionais do Ministério da Educação, prestando assistência técnica e financeira aos estados e municípios, entre outros, através de repasses de recursos federais;
- **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB)**, que reúne fundo de 26 estados e do Distrito Federal e redistribui recursos para atender a educação básica do país, permitindo que estados e municípios aumentem a oferta de vagas na educação básica, dentre outros.

Essas políticas públicas tem como objetivo aumentar o acesso à educação no Brasil garantindo que toda pessoa tenha direito a um ensino de qualidade. Em um país com índices graves de desigualdade social, essas políticas educacionais permitem que essas pessoas conquistem seu espaço em um mercado de trabalho tendo melhores condições para construir uma vida digna.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, aponta que é dever do Estado garantir saúde através de políticas sociais e econômicas com vistas a alcançar a redução de danos e promover qualidade de vida, através de serviços públicos, abrangentes e igualitários. (BRASIL, 1988)

Já a política pública para a pessoa com surdez no Brasil, é intitulada “Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva” e baseia-se na perspectiva do surdo na sociedade ouvinte através da disponibilização de aparelhos auditivos, dentre outras práticas de oralização. Essa política pública foi instituída pela Portaria MS nº 2.073, de 2004, no Brasil. A Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva visa a promoção de saúde auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS) dispondo de uma rede de atenção integral (diagnóstico, reabilitação, promoção e proteção) em saúde auditiva e oferta de terapia fonoaudiológica.

A audição é a principal via de acesso à linguagem oral e aprendizagem da escrita, pois, o déficit auditivo pode ocasionar problemas e afetar diretamente no processo de interação social e no desenvolvimento cognitivo. É necessário entender também as possibilidades da triagem auditiva no âmbito escolar e as implicações sociais e intelectuais que pode provocar com a ausência desse serviço.

3 Quais métodos pedagógicos estão sendo utilizados para a inclusão do surdo na educação?

Mesmo com movimentos sociais e políticas públicas respaldadas pela legislação, a educação escolar inclusiva das redes de ensino regulares, ainda não é uma realidade. As necessidades educacionais de pessoas com surdez são específicas e devem envolver metodologias de ensino e recursos tecnológicos de gestores escolares e de educadores que mesmo com uma série de desafios, atendem esses alunos conforme suas necessidades. Há relatos de professores que não se sentem seguros para atuar em turmas com alunos com surdez incluídos e essa incompreensão ou um olhar desatento, pode prejudicar o direcionamento do trabalho do professor, por exemplo, resultando na indiferença de uma didática. Os surdos não são vistos como pessoas com deficiência, e sim, diferentes. Diferentes pois usam de uma linguagem diferente, de uma modalidade gestual-visual para se comunicar e se relacionar socialmente. Com isso, serão apresentadas nesta pesquisa as principais metodologias que se destacam e são as mais utilizadas atualmente em instituições brasileiras e que vigoram na educação de surdos.

A educação do surdo aqui no Brasil foi historicamente constituída por filosofias, teorias, políticas e ideologias. De acordo com Goldfeld (2002) e dentre outros estudiosos, os primeiros educadores surgiram na Europa, no século XVI, criando diferentes metodologias de ensino. A aprendizagem dos surdos além de ter um longo trajeto, foi por muito tempo ignorada e após surgirem diversos fatores na história nacional fez com que os surdos fossem “esquecidos” pela sociedade por conveniência e os movimentos por inclusão foram surgir apenas no final do século passado.

Essas metodologias não podem solucionar os problemas do cotidiano escolar instantaneamente, pois é um processo de construção tendo em vista todo o histórico da educação escolar brasileira dos alunos com surdez. Durante duas décadas, nos deparamos com três fases distintas, o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo que trazem à tona todas as legislações legais e educacionais proporcionando a comunidade surda uma educação de qualidade e respeitando a sua diversidade cultural e linguística. Já a língua brasileira de sinais, é adquirida através do ensino desenvolvido por um profissional qualificado pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE realizado em escolas regulares. Diante às práticas pedagógicas para a educação dos surdos e a parceria dos professores e intérpretes de Libras exercidas em salas de aulas regulares, os alunos com surdez começam a desenvolver suas capacidades físicas, sociais e psicomotoras.

3.1 Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo: Definição, aspecto histórico-educacional e características

3.2.1 Oralismo

“[...] o oralismo é uma abordagem que visa à integração da criança surda na comunidade ouvinte, enfatizando a língua oral do país.” (GOLDFELD,pg.. 1997).

O oralismo ou filosofia oralista, como também é chamada, tem como objetivo levar o surdo a falar e desenvolver a competência linguística oral, o que faria com que ele se desenvolvesse emocionalmente, socialmente e cognitivamente de um modo mais normal possível. Esse método visa integrar a criança surda na comunidade ouvinte. O processo educacional de surdos norteados pela filosofia

oralista não era suficiente para o bom aprendizado da leitura e da escrita de alunos surdos. Para alcançar os objetivos a filosofia Oralista utiliza diversos métodos de oralização. Abaixo, dois exemplos mais utilizados dessa filosofia:

- **Verbo tonal:** metodologia criada a partir de pressupostos do oralismo. Atualmente, no Brasil, grande parte dos centros de reabilitação ligados à esta metodologia já aceitam e utilizam a língua de sinais;
- **Audiofonatória:** também conhecida como Perdoncini, essa metodologia é bastante utilizada no Brasil, possuindo maior material bibliográfico em português, e é uma grande defensora do Oralismo.

A maior parte dessas metodologias baseadas no Oralismo utilizam como embasamento teórico linguístico o Gerativismo de Noam Chomsky. Nesse caso, existe uma grande preocupação por parte de profissionais oralistas em relação às regras gramaticais, o que é considerado um salto qualitativo na aprendizagem da língua portuguesa. E seguindo as teorias de Chomsky, há uma propensão biológica para dominar uma língua e, se receberem o atendimento necessário, poderão obter o mesmo sucesso que uma criança ouvinte na aquisição da linguagem. Trabalhar na compreensão e oralização é direcionar a criança surda no sentido de dominar gradativamente as regras gramaticais até obter um bom domínio da língua portuguesa. Um exemplo da metodologia audiofonatória é que, o professor deve apresentar diversas ações e mostrar para criança que elas são diferentes e espera-se o domínio da língua oral assim integrando o surdo à comunidade ouvinte.

No Brasil, uma pequena parte dos surdos consegue dominar o português e, é quase impossível encontrar uma pessoa surda congênita que domine a língua como um ouvinte. A linguagem de sinais passou a ser difundida e os surdos tiveram maiores condições de desenvolvimento intelectual, profissional e social. Pessoas com surdez que fazem o uso de implante coclear ou de aparelhos auditivos optam pela filosofia oralista em sua educação, portanto, são deficientes auditivos oralizados e não usam a língua de sinais como meio de comunicação. Os deficientes auditivos oralizados tendem a ter uma vida social mais restrita que a das pessoas surdas, pois não participam da cultura surda ou usam a língua de sinais, e também são rejeitados pelas pessoas ouvintes por causa da sua deficiência.

3.2.2 Comunicação Total

Diferente do oralismo que obriga a se comunicar por fala e do bilinguismo que foca apenas na língua de sinais, a Comunicação Total oferece outras formas de ensino. A Comunicação Total surgiu após a ineficácia do oralismo, e sua origem se dava através de sinais, fala e treino auditivo, levando em consideração as características da pessoa surda utilizando recursos para a comunicação, as áreas cognitivas, linguísticas e afetivas do aluno.

A comunicação total hoje inclui a Língua de Sinais e Oral, Gestos, Fala e Leitura Labial, Alfabeto Manual, Leitura da Escrita, Ritmo e Mímicas, dentre outros. Essa filosofia defende a utilização de inúmeros recursos linguísticos facilitando a comunicação com a pessoa surda e a interação entre as línguas. A pessoa surda tem o direito de escolher qual desses recursos quer aprender, como por exemplo, a língua de sinais, a datilologia, o português sinalizado, etc. Todos eles com a estrutura gramatical da língua oral. Outro ponto, que destaca a comunicação total é o respeito à família da criança surda, pois cabe à família o papel de compartilhar valores e significados, formando junto com a criança sua comunicação e subjetividade.

Nessa filosofia, acredita-se que o bimodalismo pode bloquear a comunicação existente entre a criança surda e um ouvinte, então, essa modalidade tenta evitar que essas crianças acabem se isolando. Essa abordagem compreende, então, que essa criança seja exposta ao alfabeto digital, a linguagem de sinais, a amplificação sonora e ao português sinalizado. A Comunicação Total valoriza a comunicação e a interação e não apenas a língua. Seu objetivo maior não se restringe ao aprendizado de uma língua.

3.2.3 Bilinguismo

O ponto mais importante é que os surdos formam uma comunidade com cultura e linguagem próprias. O surdo deve ter uma noção e tentar aprender a modalidade oral da língua. Ao contrário da linguagem oral, não que seja menos importante, este aprendizado é desejado mas não é percebido como único objetivo educacional e nem de minimizar as diferenças que a surdez causa. Existem duas maneiras distintas de definir a filosofia bilíngue, são elas:

1. Acredita-se que, a criança surda deve adquirir a língua de sinais e a modalidade oral da língua de seu país;
2. Posteriormente, a criança deverá ser alfabetizada na língua oficial de seu país, mas apenas na modalidade escrita e não oral.

Sabendo que, 90% das famílias de pessoas surdas são ouvintes e para que a criança obtenha sucesso na aquisição da linguagem de sinais, é necessário que a família também aprenda esta língua para a comunicação com a criança em casa. É necessário que a criança surda tenha um atendimento especial para aprender esta língua pois, ao contrário da língua de sinais, a linguagem oral é um processo lento e há dificuldades, já que necessita de recursos orais e auditivos. Já em relação à educação pública, é quase impossível encontrar escolas que utilizem a língua de sinais em salas de aula, e o que ocorre em muitos casos é que os alunos conversam entre si através dessa linguagem e os professores ouvintes ministram as aulas em português por não dominarem a Libras. E a língua de sinais seria a única linguagem que o surdo poderia dominar e que serviria para todas as necessidades de comunicação e cognitiva.

4 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O atendimento educacional especializado (AEE) disponibiliza programas de enriquecimento curricular, ajudas técnicas e tecnologia assistiva e ensino de linguagens e comunicação. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa a formação dos alunos com vistas à

autonomia e independência na escola e fora dela. Cabe ao sistema de ensino organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizando intérpretes/tradutores de Libras, monitor/cuidador aos alunos com necessidades. Professores devem ter como base em sua formação, para atuar na educação especial, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área possibilitando sua atuação no atendimento educacional especializado. São muitas as abordagens que possibilitam na estruturação do atendimento educacional especializado e cada escola desenvolve uma proposta de trabalho diferente. É preciso que haja um projeto político que atenda esses alunos.

A estruturação do Atendimento Educacional Especializado varia de instituição para instituição, sendo os tipos mais comuns:

- **Ensino Itinerante:** professor especializado presta serviços em várias escolas comuns que têm alunos com deficiência incluídos. Esse professor orienta os demais professores sugerindo intervenções e estratégias para facilitar o processo de inclusão e pode, também, realizar atividades específicas com os alunos incluídos;
- **Sala de Recursos:** o professor da sala de recursos orienta os professores comuns em relação às práticas e posturas que devem ser tomadas em relação aos alunos incluídos, que devem frequentar o espaço em um contraturno para reforçar os conteúdos, receber orientações sobre condutas adaptativas e treinar a utilização de recursos específicos como o ensino de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais) para a educação de alunos surdos;
- **Escolas Especiais:** são instituições muito questionadas na atualidade por se dedicarem, exclusivamente, à educação de pessoas com deficiência. Depois do movimento pela Inclusão, as escolas especiais passaram a ser radicalmente criticadas e condenadas por impedir o convívio das pessoas com deficiência com as sem deficiência.

O atendimento educacional especializado é uma ferramenta importante para o êxito no processo de inclusão e é através deste que os alunos aprendem o que é diferente dos outros componentes curriculares do ensino comum e é necessário para ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. O acesso desses estudantes ao ensino regular é realizado mediante “serviços e adaptações razoáveis”, como diz

na Lei. A adaptação razoável é o princípio de acessibilidade que garante a igualdade de direitos e a equidade de oportunidade às pessoas com deficiência e os profissionais que forem atuar no atendimento educacional especializado, precisam ter especialização em educação inclusiva.

Apesar dos marcos legais da nossa Constituição que garante a educação inclusiva, há negligência em algumas redes municipais e estaduais e isso acaba prejudicando o processo escolar por não garantirem o AEE. Como a história nos mostra, as pressões dos movimentos sociais vêm conseguindo vários ganhos para o setor. Tudo que adquirimos até agora, é válido e tem contribuído com as oportunidades de desenvolvimento educacional das pessoas com deficiência. Porém, é preciso avançar ainda mais, para que o discurso da inclusão seja efetivamente colocado em prática

4.1 Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

A Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão desde 24 de Abril de 2002, através da Lei nº 10.436. A Libras é muito utilizada na comunicação com pessoas surdas, sendo, portanto, uma importante ferramenta de inclusão social. A Libras não é gestualização da língua portuguesa e sim, uma língua à parte, pois é composta por níveis linguísticos como: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Os sinais surgem da combinação de configurações de mãos, movimentos e de pontos de articulação e também de expressões faciais e corporais que transmitem sentimentos, que são emitidos pela entonação da voz nas línguas orais, os quais juntos compõem unidades básicas dessa linguagem. Por se tratar de comunicação por gestos, muitos acham que essa linguagem deveria ser igual para todos os surdos. Outros pensam que por ser uma comunidade pequena, deveriam fazer uso de apenas uma língua de sinal por se tratar de uma linguagem representativa.

A língua de sinais se difere das línguas orais-auditivas, pois utilizam do espaço, expressões e gestos que são perceptíveis pela visão. É um sistema linguístico, estudado pelos linguistas e atende eficazmente às necessidades de

comunicação dos surdos. O desenvolvimento de políticas de inclusão para a comunidade surda fez com que, em 2002, a Libras fosse reconhecida como língua oficial e isso foi o resultado de ampla mobilização da comunidade surda na luta pela ampliação de seus direitos.

A Libras não é uma linguagem, e sim, uma língua, pois é falada e possui regras, e a linguagem é o mecanismo usado para transmitir ideias, de forma verbal e não verbal. A Libras não é universal e cada país possui sua própria língua de sinais e o termo 'surdo-mudo' não existe mais, pois os surdos podem aprender a falar se submetidos a técnicas de oralização e cada pessoa na comunidade surda recebe um sinal próprio e costuma ser relacionado à aparência física ou até mesmo por um aparelho em um dos ouvidos. Por esses motivos, é errado caracterizar os sinais da Libras como mímicas ou simples gestos, já que se diferem por regras gramaticais específicas. É através da língua de sinais que pessoas surdas ou com deficiência auditiva se comunicam entre si e com o mundo, propondo uma melhor compreensão entre surdos e ouvintes, uma vez que já previsto em lei intérpretes de Libras atuarem em instituições públicas, como escolas, universidades, congressos, seminários e programas de televisão.

Aprender a se comunicar com pessoas surdas é contribuir no processo de eliminação de barreiras de comunicação entre as pessoas permitindo um melhor conhecimento para a comunidade surda. Se essa comunicação fosse limitada apenas de surdo com surdo, limitaria também a capacidade de se comunicar com o mundo, que é a maioria. A Libras permite que pessoas com surdez desenvolvam sua própria identidade e liberdade de comunicação sem ficarem engessadas ao oralismo, e também é muito utilizada como comunicação por pessoas que possuem outros tipos de deficiência como autismo, síndrome de down e paralisia cerebral.

Quando se trata da surdez no Brasil, logo lembramos de todos os brasileiros com algum grau de surdez (seja leve, moderado, severo ou profundo), oralizadas, sinalizadas ou bilíngues. Além da comunicação, a língua de sinais exige também que haja uma integração maior dos ouvintes com a Libras, assim como os surdos com a língua portuguesa. As crianças surdas precisam ter conhecimento de sua própria língua e sem esse conhecimento não conseguem avançar nem com relação à Libras e nem com o aprendizado do português escrito. A promoção do ensino de

Libras em escolas regulares é altamente relevante, porque além de conseguir se comunicar, isso vai garantir um atendimento humanizado em qualquer setor.

5 As políticas públicas educacionais voltadas à pessoas surdas vem se desenvolvendo no Brasil?

Apesar de ser considerada uma necessidade absoluta pela sociedade, os surdos num primeiro momento eram vistos como pessoas incapacitadas. Foram formulados vários conceitos e propostos com intuito de apenas educar o surdo e com isso, surgiu a preocupação de integrá-lo ao meio social. A partir disto, no Brasil foram criadas políticas públicas para implantação de projetos de governos para setores específicos da sociedade para a adequação do sujeito à realidade cotidiana e inserção deste no ensino regular. Não basta apenas que essas políticas públicas existam, pois se mantendo neutras, não trarão mudanças significativas e nem atingirão os objetivos pelas quais foram criadas. É uma luta diária, que exige pessoas preocupadas com esses alunos com surdez, e mesmo que as legislações venham garantindo o acesso desses alunos torna-se necessário a garantia da permanência e também qualidade de ensino para alunos “normais” que participam ativamente desse contexto de inclusão.

É importante ressaltar que as políticas educacionais fazem parte do processo de crescimento e desenvolvimento do nosso país. Essas políticas para serem efetivadas, deve-se levar em consideração os diversos aspectos relacionados à atual realidade da educação brasileira, inclusive a situação de vulnerabilidade social em que esses alunos se encontram. Quando eficientes, garantem a qualidade de ensino, recuperam o aluno em situação de evasão ou de atraso. Apoio didático e metodológico para as escolas, proporcionam um processo de ensino mais eficaz e uma gestão escolar mais segura e programas voltados para a docência asseguram a formação e suprimentos de equipamentos e materiais para atuação dos professores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a educação inclusiva seja um direito constitucional, o estigma que pesa contra crianças e jovens com deficiência auditiva permanece como uma barreira à inserção nos espaços de ensino.

A mobilização por parte desses grupos se faz urgente na perspectiva de alcançar a educação como bem público. Escolas e até mesmo universidades precisam estar dispostas a notar e atender as necessidades específicas da pessoa surda, não só para o ingresso, mas sim, pela permanência desse estudante e garantir a esse grupo o conhecimento constitucionalizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996^a. Seção I. P. 27834-27841.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Presidência da República**, Brasília, DF, 2002.

GOLDFELD, Marcia. A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: **Plexus**, 2002.

Goldfeld, M. (1997). A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva Sociointeracionista. Acesso em 20 fev de 2019 em bit.ly/2wmi3vd

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, **Ministério da Educação**, 1996.